

CLIPPING IMPRESSO

18/09/2021



INDICE

1. ASSESSORIA	
1.1. JORNAL PEQUENO.....	1 - 2
2. DESEMBARGADOR	
2.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	3
3. INSTITUCIONAL	
3.1. JORNAL O PROGRESSO.....	4
4. SERVIDOR PÚBLICO	
4.1. JORNAL O IMPARCIAL.....	5

Compromissos acadêmicos

O presidente da Academia Maranhense de Letras, Carlos Gaspar, terá uma agenda intensa de compromissos acadêmicos pelos próximos meses.

No dia 21 de outubro ele coordena a eleição para a Cadeira 32, vaga com a morte do escritor, político e advogado Sávio Dino.

No dia 18 de novembro está marcada a posse do ministro Reynaldo Soares da Fonseca na Cadeira 38, que era ocupada pelo professor José Maria Cabral Marques.

Nome de consenso

E a agenda de Carlos Gaspar segue com a eleição, no dia 25 de novembro, da nova diretoria da Academia Maranhense de Letras.

Pelo que se comenta nos bastidores, o nome de consenso entre os acadêmicos para suceder Gaspar na AML é o do desembargador Lourival Serejo.

E, para fechar o ano, no dia 2 de dezembro o jovem advogado e escritor Daniel Blume tomará posse na Cadeira 15, que fora ocupada pelo historiador e magistrado Milson Coutinho.



Bruna Barbieri Waquim é doutora e mestre em Direito, palestrante, assessora jurídico no TJMA, formadora credenciada da ENFAM e diretora cultural do IBDFAM/MA

Bruna Barbieri Waquim lança coleção de livros jurídicos na quarta-feira

Na próxima quarta-feira, 22 de setembro, a professora Bruna Barbieri Waquim irá lançar uma coleção de livros jurídicos fruto da tese do doutorado que ela fez no Centro Universitário de Brasília. Trata-se da coleção "Alienação Parental na perspectiva dos direitos da criança e do adolescente: impactos no Judiciário e nas Políticas Públicas", em 4 volumes. O lançamento vai acontecer no Espaço Meet Up da UNDB, no Golden Shopping, às 19h. Além de professora, Bruna Barbieri Waquim é doutora e mestre em Direito, palestrante, assessora jurídica no TJMA, formadora credenciada da ENFAM e diretora cultural do IBDFAM/MA.

Bastidores

Coriolano Filho

DRT 1069-MA

editoria@oprogressonet.com

Transparência

A secretaria de fiscalização (Sefis) do Tribunal de Contas do Estado (TCE-MA) concluiu os procedimentos de avaliação dos Portais da Transparência dos órgãos estaduais. Trata-se da primeira avaliação após as alterações estabelecidas pela Instrução Normativa TCE nº 59, que tiveram como finalidade tornar as avaliações mais abrangentes e precisas. A entrada em funcionamento dos Portais da Transparência é uma das conquistas mais importantes na esfera da gestão pública e do controle externo, que gerou efeitos positivos em todos os níveis da administração pública e ampliou as possibilidades de exercício do controle social. Para efeito de avaliação, a Sefis analisou os seguintes aspectos: informações institucionais; receitas; despesas; transferências recebidas e/ou realizadas; recursos humanos; diárias; licitações e contratos; relatórios fiscais; serviços de informação ao cidadão e acessibilidade. Os resultados da avaliação apontam para um desempenho satisfatório da maioria dos Portais de Transparência dos órgãos estaduais, com destaque para o Poder Executivo e a Assembleia Legislativa, que obtiveram o conceito “A”, o mais elevado da escala de avaliação. Os resultados também foram considerados positivos da perspectiva da adaptação dos fiscalizados à nova metodologia de avaliação, que adotaram as mudanças necessárias em tempo hábil nos Portais da Transparência.



Memória literária afrobrasileira

Os séculos de colonização e eurocentrismo não conseguiram esconder a forte presença dos escritores negros Machado de Assis, Lima Barreto, Nei Lopes, Muniz Sodré, Paulo Lins, Ana Maria Gonçalves, Abdias do Nascimento, Silviano Santiago e o líder abolicionista Luiz Gama, primeiro escritor brasileiro a se assumir afrodescendente.

Embora alguns sejam acusados injustamente de agir com neutralidade na questão racial, publicações contradizem o abstencionismo de muitos deles, a exemplo de Machado de Assis, que usou 23 pseudônimos nos jornais para atirar petardos nas correntes políticas retrógradas e antiabolicionistas.

O falso embranquecimento atribuído ao bruxo de Cosme Velho fazia parte do silencioso projeto de genocídio do negro brasileiro que viria a ser denunciado pelo escritor Abdias do Nascimento, morto em maio de 2011, nadando contra a corrente do rio da mestiçagem de Gilberto Freyre, que camuflou a memória do passado africano e negou a alteridade e dignidade dos afrodescendentes.

Nesse mesmo sentido, o escritor Lima Barreto utilizou o jornalismo como arma de denúncia para a mudança da consciência nacional, desmascarando o preconceito para que a liberdade de viver dos negros não continuasse sendo limitada pelo racismo no país.

A verdade é que o Brasil – denominado um país multiétnico – esqueceu deliberadamente dos pioneiros autores negros e insiste em pintar até hoje um retrato ambíguo dos escritores negros.

Por causa do preconceito racial, Machado de Assis teve acesso limitado ao ensino e se tornou autodidata.

Pobre, negro e epilético, enfrentou enormes dificuldades em condições completamente adversas para que se tornasse, ainda em vida, um dos mais célebres escritores brasileiros de todos os tempos.

Nenhum país passa pela escravidão impunemente. Lima Barreto pagou caro por isso. Ele sofreu discriminação racial e era considerado um autor de subúrbio.

Foi acusado de tudo, inclusive de desleixo verbal e falta de profundidade psicológica.

Negro num Brasil eugênico, Lima Barreto testemunhou, aos 7 anos, a abolição da escravatura. Ele faleceu aos 41 anos – meses depois da Semana de Arte Moderna – dependente de álcool e deprimido, após ser internado por diversas vezes em clínicas psiquiátricas.

No livro “Recordações do Escrivão Isaías Caminha”, Lima Barreto denunciou a hipocrisia da sociedade brasileira, que relegou os negros ao campo dos subalternos. Ele combateu energeticamente o mito da escravidão benigna, que de benigna não tinha nada.

O olhar racista no país ignora e não reconhece o papel de muitos escritores negros com uma história diretamente associada à resistência protagonizada em mais de 400 anos de escravidão.

Expropriação

Desde quando o Brasil recebeu o primeiro europeu e se tornou uma colônia do Império extramarítimo lusitano, foram forjados modos de viver baseados na expropriação, repressão e desigualdade, insuflando um sentimento despótico que gera até hoje uma política de morte.

Corrupção

O que vivemos hoje no Brasil é a expressão do sentimento antidemocrático que se materializou na política, tendo como componente a corrupção, que vem sendo uma experiência decisiva no projeto de destruição de país.

Fantasmas

No atual processo político, continuamos enfrentando os fantasmas soltos nos anos de chumbo que, ao longo dos anos, seguiram na sombra, ressurgindo agora para nos colocar numa encruzilhada, corroendo todos os mecanismos de controle estatal, mostrando que só vão largar o osso quando a morte da democracia no país estiver decretada e efetivada.

Racismo

Mesmo com o arcabouço legal estimulado pela Constituição Federal de 1988, o crime de racismo continua sendo tratado de forma inadequada no Brasil, onde o ódio racial contra a população negra existe desde que o primeiro navio negreiro aqui chegou.

Desafios

No Brasil – onde é gritante a desigualdade, o subdesenvolvimento, a violência e a pobreza extrema – as pessoas não são encorajadas a participar de um diálogo sobre os desafios que os afrodescendentes enfrentam com a presença de um racismo persistente.

Discriminação

Embora a propaganda governamental insista em dizer que não existe discriminação racial no país, ainda não foi expressada concretamente no país a vontade política de combater o racismo e as práticas daqueles que não prezam e não respeitam as raças e etnias.

Contribuição

Faltam ações efetivas que contribuam para melhorias sociais tangíveis nas vidas de milhões de pessoas de descendência africana no Brasil, onde existe uma visível correlação entre pobreza e racismo, apesar das consistentes provas da contribuição dos negros para o desenvolvimento da sociedade brasileira.

Proteção

Com a Constituição Federal de 1988, o Brasil adotou as leis mais progressistas para a proteção dos direitos humanos, mas, no entanto, continua persistindo um enorme fosso entre o espírito dessas leis e a efetiva implementação da legislação de combate ao racismo no país.